

## DIFERENÇA SOCIAL E INCLUSÃO: CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Maria da Conceição Pinto Antunes  
[mantunes@iep.uminho.pt](mailto:mantunes@iep.uminho.pt)

Maria Augusta Costa Faria  
[mariacostafaria@gmail.com](mailto:mariacostafaria@gmail.com)

Instituto de Educação e Psicologia  
Universidade do Minho

### Resumo

A Educação, na sua acepção mais ampla, abraça uma panóplia de esferas educativas, de índole não-formal e informal, que ultrapassam os muros escolares e perfilham valores, condutas, experiências e representações igualmente valorativas no percurso individual e social.

Abordar a temática da educação, nesta acepção ampla, suscita obrigatoriamente a questão da inclusão social, cujo conceito coloca a nu o estigma e a diferença social. Ser-se diferente, actualmente, significa estar à margem dos padrões socialmente aceites, excluído de oportunidades e do exercício pleno de cidadania.

Torna-se, portanto, fundamental formar consciências e fomentar condutas sociais, visando uma sociedade inclusiva e igualitária. É, neste sentido, que as iniciativas de carácter não-formal assumem uma importância inigualável, pois fortalecem e complementam a acção educativa desenvolvida pela escola.

O Projecto “Prevenir para Não Remediar” consistiu na prevenção de comportamentos de risco e condutas desviantes, destinado a jovens cujos trajectos de vida eram marcados por situações de risco e transgressão das normas sociais. Tornou-se imprescindível intervir no sentido de despertar os jovens para a mudança de comportamentos, de modo a traçar um projecto de vida saudável e equilibrado isento de dependências e condutas anti-sociais.

Assim, conceber acções de prevenção de comportamentos de risco e desviantes, bem como promover o desenvolvimento humano e social dos jovens foram as prioridades de intervenção adoptadas pelo Projecto, o qual abraçou múltiplas vertentes: a informação sobre factores de risco e de protecção, valorização pessoal, valores morais, auto-estima, relacionamento interpessoal, sociabilidade e cidadania.

### 1. Introdução

Convocando Bruto da Costa (2007), diremos que o pleno exercício da cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos (social, económico, institucional, territorial e sistemas simbólicos). É importante, no entanto, termos em conta que uma pessoa ou um grupo pode ser excluída de alguns daqueles sistemas sociais embora não o seja em relação a outros.

Efectivamente, sendo um processo, a exclusão social vai-se operando por rupturas sucessivas, quando atinge a ruptura com o universo familiar dá, normalmente, origem ao fenómeno “sem-abrigo” “uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente” (Idem: 80).

Partindo deste pressuposto e entendendo que o conceito de exclusão social “abarca a noção de pobreza e inclui muitas outras situações que, embora não sendo de pobreza, são caracterizadas por rupturas ao nível das relações sociais (Idem, 2007:13), somos levados à constatação de que o consumo/tráfico de drogas ilícitas coexiste, muito frequentemente, com situações de exclusão social.

Não obstante o facto de (maioritariamente) não viverem na forma extrema de exclusão, os toxicodependentes vão, gradualmente, operando rupturas com os sistemas sociais, uma vez que no seu mundo “parte dos padrões de convivência é ditada pelas leis que regem e habitam o mundo da economia das drogas ilícitas, do contrabando e da violência associada ao crime...” (Jerónimo, H. Norberto, R. Amaro. I., 2000: 135). Muito frequentemente afastados dos ideais, valores e caminhos valorizados socialmente vivem como Fernandes refere (1998) “uma vida social paralela” construída com base na reinvenção de outros valores, normas, regras de conduta, etc. apenas válida dentro da “comunidade” toxicodependente. No entanto, “convém não esquecer que nestes espaços não se desconhecem os ideais e caminhos valorizados socialmente” (Idem, 137) e, por este motivo, o estigma do fechamento, da marginalidade e da exclusão estão muito presentes.

Falar de inclusão social quando nos referimos à toxicodependência implica “deixar drogas, deixar hábitos, deixar cultura tóxica” (Sanchez, cit in Torres e Ribeiro; 2001:321). Significa, certamente, a recontextualização quase total de uma história de vida que passará, incontornavelmente por: aprender a gerir e controlar as consequências da abstinência; (re)adquirir rotinas diárias; (re)aprender hábitos sociais; modificar relações interpessoais; passar a frequentar locais de convívio e sociabilidade livres de consumo de drogas; etc.

Como Patrício assegura, “o tratamento não é apenas tratar a ressaca física, quando ela existe” (2002: 117), mas atender à pessoa na sua globalidade e, muito particularmente, trabalhar com ela no sentido de restaurar a auto-estima, as relações de confiança, as vinculações afectivas, ajudar a resolver conflitos internos e externos de vária ordem, fomentar hábitos de vida saudável, promover novas aprendizagens, capacidades e projectos profissionais para o futuro.

Foi precisamente com esta finalidade que, no âmbito de um estágio curricular da Licenciatura em Educação da Universidade do Minho<sup>23</sup>, realizámos uma intervenção educativa numa comunidade de toxicodependentes da qual resulta este pequeno ensaio reflexivo e crítico.

## **2. Intervenção Comunitária e Inclusão Social - Um Caso Prático: o Projecto “Prevenir para Não Remediar”**

O Projecto “Prevenir para Não Remediar” decorreu de uma experiência de estágio no âmbito do 5º ano da Licenciatura em Educação, ramo de pré-especialização “Educação de Adultos e Intervenção Comunitária” da Universidade do Minho, tendo tido lugar no Centro de Acolhimento e Formação Jovens em Caminhada (C.A.F.J.E.C) durante o período de seis meses. Este projecto assentou a sua prática interventiva na prevenção de comportamentos de risco e condutas desviantes, destinada a jovens sem-abrigo, jovens de rua, cujas histórias de vida eram drasticamente marcadas por dramas, situações de exclusão social e de transgressão das normas sociais (pobreza, marginalidade, falta de retaguarda familiar, toxicoddependência, alcoolismo, prostituição, delinquência e criminalidade, sem-abrigo, infâncias roubadas, etc.).

É, exactamente, nestes contextos de fragilidade e obscuridade social que a intervenção comunitária assume um papel de excelência, através da promoção de iniciativas de educação não-formal e de inclusão social.

Conscientes de que a Intervenção Comunitária pretende que toda a sua acção promova a transformação social mediante o envolvimento activo e dinâmico dos actores, o Projecto “Prevenir para não Remediar” procurou ser um exemplo notável da sua prática, enaltecendo o valor e mérito das acções educativas e de intervenção comunitária enquanto instrumentos de inclusão e modificação de condutas sociais.

### **Avaliação Diagnóstica**

No sentido de traçar uma estratégia de intervenção, começámos por levar a cabo uma avaliação diagnóstica que nos permitisse, em contacto directo com a realidade e o público-alvo, identificar, por um lado, as necessidades e lacunas reais e, por outro, as potencialidades e possibilidades motrizes de transformação.

Como fundamenta Serrano (2005: 39), “o diagnóstico da realidade é uma fase de grande importância para a elaboração de projectos. Permite identificar os principais problemas, descobrir as suas causas de fundo e oferece vias de acção para os ir resolvendo. O objectivo do diagnóstico é o conhecimento da realidade”. Portanto, “um bom diagnóstico exigirá constatar as contradições existentes e o nível de coerência entre o contexto, a prática, os objectivos e o projecto de sociedade para o qual apontamos. O diagnóstico será verdadeiramente enriquecedor na medida em que tenha alcançado uma dose suficiente de realismo.” (Idem, 2005: 41)

Apropriando-nos das palavras de Boutinet (1999: 262), nesta fase, procurámos, através de uma investigação participativa, “...descobrir os pontos fortes da situação, os seus aspectos positivos, ao lado das suas disfunções, das suas carências e das suas insuficiências”.

Ao longo do decurso do projecto, atribuímos primazia à metodologia de investigação qualitativa “investigação-acção participativa”, a qual é encarada como “um processo de investigação de problemas sociais, através da participação activa da comunidade em todas as fases do processo”

(Erasmie & Lima, 1989: 44), visando a transformação da realidade social mediante um processo dialéctico ao longo do tempo, onde investigador e comunidade assumem o papel de aprendizes e, paralelamente, de actores sociais. Tendo como referência este pressuposto metodológico, procurámos implicar os jovens-actores em todas as fases do projecto, desde o diagnóstico de necessidades à planificação, implementação e avaliação das iniciativas que desenvolvemos, na perspectiva de modificar e (trans)formar comportamentos, atitudes e estilos de vida.

Assim sendo, durante o período de análise diagnóstica, recorremos a uma metodologia qualitativa, adoptando técnicas que colocassem ênfase no diálogo e na interacção entre investigador e actores sociais, técnicas estas que nos permitiram entrar no mundo dos agentes sociais, compreendê-lo e projectar trajectórias de mudança. De entre as inúmeras técnicas utilizadas, salientámos as conversas informais com informantes-chave (Técnico Superior de Serviço Social e funcionários do Centro) e jovens acolhidos, pelo facto de permitirem a integração da dinâmica da instituição e o conhecimento das necessidades, motivações e expectativas dos jovens. A observação participante da rotina institucional demonstrou-se um método manifestamente frutífero, uma vez que o acto de experienciar as dinâmicas e práticas quotidianas do Centro, facultou o reconhecimento de potencialidades e necessidades do ponto de vista educacional e, por sua vez, proporcionou uma forte aproximação aos jovens e às suas realidades, facto que nos tornou mais sensíveis e atentos na prática profissional. Outras técnicas como a assembleia plenária e a dinâmica de grupo, desenvolvidas com os jovens, assumiram um papel importante neste processo de diagnóstico, pois possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre a realidade juvenil, apreender as suas percepções, significados e representações, bem como perceber as necessidades de informação/formação dos jovens. As técnicas de participação activa possibilitaram aos jovens a consciencialização de que eles são os próprios protagonistas do seu projecto de vida e impulsionadores da mudança. A leitura bibliográfica e pesquisa documental fortaleceram o acto de investigação, na medida em que, enquanto suporte educacional e formativo, nos forneceram dados pertinentes alusivos à Instituição, à área de intervenção e problemáticas associadas. Tentámos que, ao longo do acto investigativo, o investigador se tornasse um participante colectivo na resolução dos problemas sociais, incorporando a “capacidade de aprofundar o conhecimento da situação local e geral, através da observação participante, do ouvir os outros, do questionar, da discussão e análise” (Erasmie & Lima, 1989: 47).

Os dados resultantes da análise diagnóstica revelaram a necessidade de intervir com os jovens acolhidos no âmbito da prevenção de comportamentos de risco e condutas desviantes, numa perspectiva de transformar condutas anti-sociais, de atenuar as carências existentes ao nível do relacionamento interpessoal, responsabilidade cívica, valorização pessoal e ausência de um

projecto de vida. Demonstrou, em última análise, a necessidade de intervir no sentido de “despertar” os jovens para a mudança de comportamentos, de modo a traçar um projecto de vida saudável e equilibrado isento de dependências e condutas anti-sociais, o que confere à intervenção comunitária a função de despertadora social.

### **Público-alvo, Finalidade e Objectivos**

Visto que o Centro de Acolhimento e Formação Jovens em Caminhada é um equipamento social cujas finalidades de intervenção assentam no acompanhamento e integração de jovens sem retaguarda familiar ou em situação de risco, bem como no alojamento e melhoria das suas condições de vida, o projecto em causa procurou perfilhar a filosofia de acção da Instituição, através de uma intervenção participativa destinada aos jovens acolhidos. Estes jovens, com idades compreendidas entre os 17 e os 30 anos eram, na sua maioria, jovens toxicodependentes e do sexo masculino, com trajectos de vida fortemente estigmatizados por fenómenos de ruptura social (pobreza, fome, marginalidade, mendicidade, toxicodependência, prostituição, alcoolismo, etc.), daí serem objecto de rotulagem e estigma social.

Após a familiarização com o público-alvo, as suas necessidades e potencialidades, procurámos delinear uma finalidade que representasse o caminho que pretendíamos seguir, uma directriz que indicasse “...a razão de ser de um projecto e a contribuição que ela pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar” (Guerra, 2002: 163).

Assim, atendendo aos dados obtidos na análise diagnóstica, determinámos a finalidade do projecto, a qual consistiu na “Dinamização da ocupação do tempo livre, promovendo, por um lado, valores morais e princípios de convivência social e fomentando, por outro, a prática de estilos de vida saudáveis, de modo a proporcionar um desenvolvimento humano saudável e equilibrado dos jovens acolhidos no Centro de Acolhimento e Formação Jovens em Caminhada (C.A.F.J.E.C).”

Os objectivos, como refere Guerra (2002:163-164), enunciam “grandes orientações para as acções e são coerentes com as finalidades do projecto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir...”. Nesta lógica, procurámos projectar os princípios gerais norteadores da nossa intervenção, de modo a atingir a finalidade, os quais passaram por conceber acções de prevenção de comportamentos de risco e comportamentos desviantes para os jovens acolhidos e promover o desenvolvimento humano e social dos jovens acolhidos no C.A.F.J.E.C.

De acordo com Randolph & Posner (1992: 29), os objectivos são “princípios de orientação que norteiam os esforços dos membros da equipa desenvolvidos no sentido de contribuir para alcançar o alvo do projecto”. Adoptando este paradigma, traçámos indicadores específicos de acção com vista à finalidade de intervenção, os quais passamos a referir:

- Prevenir comportamentos de risco e comportamentos desviantes, informando sobre os factores de prevenção;
- Transmitir informação sobre IST's/DST's e doenças infecto-contagiosas;
- Educar para a prática de estilos de vida saudáveis;
- Fomentar princípios de convivência social e valores morais;
- Promover a valorização pessoal, a elevação da auto-estima e a motivação para agir;
- Favorecer o relacionamento interpessoal e o processo de socialização em ambientes isentos de consumo.

### **Planeamento e Implementação**

A nossa prática interventiva procurou que o C.A.F.J.E.C se assumisse enquanto espaço de educação não-formal e, ao mesmo tempo, que os agentes intervenientes transformassem o seu tempo no Centro numa jornada de reflexão e de mudança de comportamentos.

Através de uma atitude descontraída, dinâmica e participativa, incentivámos os jovens à reflexão, ao diálogo, à abertura pessoal, à aquisição de competências, ao conhecimento e formação, à adopção de novas posturas comportamentais e sociais. Numa dinâmica participativa e dialéctica, assumimos o papel de mentores e atribuímos aos jovens o protagonismo da acção.

No entanto, antes de principiarmos o plano de intervenção, foi necessário criar uma relação de confiança, de compreensão, de empatia e de diálogo com os jovens, no sentido de os envolver, de os cativar e de os motivar para a mudança. Foi imprescindível escutar as suas histórias, compreender as suas realidades, os seus dramas, frustrações e motivações, prática esta que se perpetuou ao longo do tempo, uma vez que estávamos perante um público-alvo de cariz rotativo.

Com base nesta relação de proximidade e respeitando o seu ritmo, implementámos um conjunto de actividades, divididas em três grupos, protagonizadas pelos jovens de forma activa e contando sempre com a colaboração dos funcionários do Centro. Neste contexto, criámos uma Mediateca, um espaço de informação e formação sobre comportamentos de risco e condutas desviantes, infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e doenças infecto-contagiosas, não obstante outras temáticas similarmente significativas. Solicitámos a colaboração de várias entidades individuais e colectivas, as quais forneceram livros formativos, revistas temáticas, brochuras, t-shirts de sensibilização, reportagens, cartazes (in)formativos. Pesquisámos e recolhemos artigos de imprensa, músicas, videoclips. Porém, neste trajecto, assumimos não só o

papel de investigadores como também de criadores. Recorremos à imaginação, à criatividade e concebemos contos, bandas desenhadas, curtas-metragens, panfletos de informação e sensibilização, tendo sempre como conteúdo temático e fio condutor os comportamentos de risco e condutas desviantes. Não nos limitámos aos recursos fornecidos, procurámos deixar a nossa marca através de um contributo palpável.

Para além da Mediateca, realizámos diversas dinâmicas formativas e informativas, individuais e de grupo, suportadas por uma colecção de dinâmicas original, subdividida em três temáticas: comportamentos de risco, infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e comportamentos desviantes; comunicação interpessoal, valorização pessoal, valores morais e auto-estima e, por último, direitos e deveres do cidadão e exercício da cidadania.

Organizámos, ainda, actividades de índole educativa, cultural, cívica e social, com o propósito de educar para a prática de estilos de vida saudáveis, através do fomento de princípios de convivência social e valores morais e, ao mesmo tempo, do favorecimento do relacionamento interpessoal e do processo de socialização em ambientes isentos de consumo, promovendo a valorização pessoal, o aumento da auto-estima e a motivação para agir. Desde logo, empenhámo-nos no sentido de “despertar” os jovens para realidades salutareis, através da realização de iniciativas de educação não-formal que, apesar da sua simplicidade, estavam repletas de significados, lemas, lições de vida, novos rumos. A produção de sketches e a encenação de uma peça teatral sobre comportamentos desviantes, as sessões cinematográficas, a ilustração de contos, a criação do mural educo-preventivo são exemplos vivos de acções de índole educativa, cultural, cívica e social dinamizadas em contexto de estágio, onde a arte, a animação sociocultural e a (in)formação se cruzaram, assumindo-se como uma forma de intervenção comunitária.

Formar consciências e fomentar condutas sociais com vista a uma sociedade inclusiva e igualitária tornou-se, sem dúvida, o âmago do projecto. Neste sentido, procurámos a cada momento primar o jovem enquanto ser bio-psico-social, abraçando uma multiplicidade de vertentes inerentes à dimensão de ser pessoa e ser social.

Privilegiámos uma estratégia de intervenção activa, recorrendo a metodologias dinâmicas e participativas que estimulassem incessantemente a construção de conhecimentos, a consciencialização dos factores de risco e de protecção, a promoção de competências pessoais e sociais (ex.: auto-estima e relacionamento interpessoal), enfim, que conduzissem a uma reflexão e, conseqüente, transformação das atitudes e comportamentos sociais. Neste sentido, as dinâmicas de grupo revelaram-se uma ferramenta valiosa, pois “as técnicas de grupo são técnicas para comunicar, para organizar melhores relações humanas” (Serrano, 2005: 77).

A avaliação contínua revelou-se um excelente dispositivo de auto-regulação da *démarche* do projecto, pois permitiu redireccionar a nossa acção no sentido desejável e adoptar novas estratégias de actuação sempre que as intervenções não demonstrassem os efeitos pretendidos. Tal como Simões (1990: 43), consideramos a Investigação-acção enquanto “...um processo cíclico, que comporta as fases seguintes – o planeamento, a acção, a observação e a reflexão, ou, se se quiser, o planeamento, a acção, a avaliação, à qual se segue, de novo, o planeamento, etc.” A criação de dispositivos de avaliação contínua proporcionou o conhecimento e acompanhamento das dinâmicas em curso, permitindo reagir positivamente às adversidades e situações imprevisíveis, as quais surgiam repentinamente devido ao facto de estarmos perante um público-alvo de natureza rotativa e flutuante, o que, de certa forma, constituía uma condicionante das acções.

### **Avaliação**

O desenho de um projecto de intervenção comunitária não pode descurar a fase de avaliação, uma vez que esta componente permite aferir resultados, ter acesso aos efeitos da intervenção e modificar a dinâmica, no sentido de reformular os aspectos menos conseguidos e aperfeiçoar a prática interventiva. É, pois, “...um instrumento fundamental de investigação-acção, de apoio à decisão, de comunicação, além de um instrumento pedagógico fundamental.” (Guerra, 2002: 206).

Neste sentido, traçámos um plano de avaliação flexível e moldável, baseado em mecanismos de auto-controlo que permitissem “... ajuizar de forma rigorosa, lógica e coerente, o estado, a evolução e os efeitos de problemas, acções, dispositivos e organizações sobre os quais estamos a intervir” (Guerra, 2002: 206) e, ao mesmo tempo, que possibilitassem reagir positivamente face às contrariedades e imprevisibilidades que caracterizavam o público-alvo e o ambiente institucional.

Uma vez que pretendíamos avaliar comportamentos e atitudes, privilegiámos uma metodologia de avaliação qualitativa, recorrendo à observação participativa, conversas informais, fichas de avaliação, registo fotográfico e cinematográfico, diário de bordo, entre outras técnicas de avaliação. No fundo, centrámo-nos na criação de dispositivos de avaliação contínua que facilitassem o conhecimento e acompanhamento das dinâmicas em curso, com o propósito de “dotar o processo de um dispositivo de auto-regulação alargada” (Guerra, 2002: 182). Procedemos a uma avaliação do tipo transversal, a qual atribuiu primazia à participação e implicação dos actores em todas as suas fases.

A avaliação principiou-se com a fase diagnóstica, uma etapa de estudo e de análise, a partir da qual brota um plano de acção e de intervenção. Tal como justifica Guerra (2002: 196), “...consiste essencialmente em estimar a amplitude e a gravidade dos problemas que necessitam

de uma intervenção e elaborar programas em função desses problemas”. Durante este período, procurámos conhecer as motivações, necessidades, problemas e interesses da população-alvo, as possibilidades, oportunidades e recursos do meio ambiente, no sentido de conceber estratégias de acção. Procurámos, ainda, estabelecer um vínculo de proximidade com os agentes sociais, o que nos proporcionou uma visão da sua realidade, dos obstáculos, das vivências, tornando-nos mais sensíveis e realistas.

No decurso do projecto, procedemos a uma avaliação de acompanhamento, através da aplicação de instrumentos de regulação (fichas de avaliação, diário de bordo, grelhas de observação, registo fotográfico, avaliações mensais...), com o intuito de redefinir trajectórias para o aperfeiçoamento da acção e regular o processo avaliativo. Não obstante os vários tipos de avaliação, consideramos a avaliação de acompanhamento a chave norteadora do processo avaliativo, pois propiciou o entendimento das percepções e interpretações dos jovens acolhidos sobre as dinâmicas realizadas, orientando a decurso da acção com vista ao seu melhoramento.

Na verdade, o projecto não poderia descurar, certamente, uma avaliação final, a qual se centrou em dados meramente qualitativos, devido ao facto de estarmos perante objectivos que visavam a transformação de atitudes comportamentais, realidades estas que, pela sua subjectividade, não eram passíveis de serem quantificáveis.

Nesta etapa de avaliação, atribuímos primazia aos mecanismos de avaliação contínua (registo fotográfico, observação participante, diário de bordo, fichas de avaliação e conversas informais) enquanto instrumentos significativos de avaliação, de forma a verificar a consecução dos objectivos traçados inicialmente. Com o propósito de aferir o resultado final da nossa intervenção, optámos pela aplicação de um inquérito de avaliação ao acompanhante de estágio, o qual efectuou uma apreciação qualitativa acerca da atitude da estagiária em contexto de estágio, bem como do impacto e contributo valorativo do Projecto. Segundo palavras do acompanhante de estágio, o projecto “trouxo benefícios, quer ao C.A.F.J.E.C, quer aos utentes que por aqui passaram, tendo sido o projecto bastante adequado à população-alvo” (Questão n.º 1). Declarou, ainda, que “as dinâmicas apresentadas foram notoriamente de uma grande preparação pela estagiária tendo sido a sua concretização bastante positiva” (Questão n.º 4) e que “o estágio foi realizado pela estagiária de uma forma muito dedicada e profissional tendo dado resposta a tudo a que se comprometeu” (Questão n.º 8).

O facto de o público ser de natureza “flutuante” impossibilitou a realização de uma avaliação final participativa, o que torna, inevitavelmente, a avaliação final num momento delicado e frágil, daí privilegiarmos a avaliação de acompanhamento ao longo da *démarche* do projecto.

Tendo em conta a fragilidade do público-alvo, estamos cientes de que o impacto social do projecto só será susceptível de ser verdadeiramente avaliado a médio e longo prazo, através da

constatação da adopção de um estilo de vida saudável, livre de dependências e transgressão das regras sociais.

### **3. Reflectir e Repensar as Práticas de Educação**

Cabe-nos a nós, profissionais de Educação, durante e após uma experiência, reflectir e repensar as práticas de educação, contribuindo para o desenvolvimento de novas abordagens de intervenção, mais flexíveis, humanistas e inclusivas.

A educação, na sua acepção mais ampla, abraça uma panóplia de esferas educativas que ultrapassam, naturalmente, os muros escolares e perfilham valores, condutas, experiências e representações igualmente valorativas no percurso individual e social.

Não obstante o papel da instituição escolar, enquanto profissionais de educação, procuramos, sobretudo, implementar projectos socioeducativos e de intervenção comunitária em tecidos de cariz não-formal, tornando a educação num processo transversal e multidimensional, porquanto “o trabalho educativo não se confina a uma rede institucional específica, o sistema escolar, mas ocorre – e pode ser aprofundado – em variadíssimos contextos e modalidades de acção social” (Silva, cit. In Oliveira, Paulo & Antunes, 1999: 79).

Cabe-nos o papel de emancipar a educação através da implementação de práticas de intervenção socioeducativa que primem pelo diálogo, liberdade e acção. Não esqueçamos, ainda, de desafiar o trabalho de investigação em educação de adultos e intervenção comunitária, pois constitui um contributo precioso na orientação das práticas pedagógicas.

A intervenção no âmbito da prevenção dos comportamentos de riscos e condutas desviantes possibilitou-nos perceber que cada rosto (geralmente amargurado) espelha dramas, conflitos e frustrações, cada dia é uma luta pela liberdade e dignidade, cada passo em frente é uma conquista. Aliás, “se nos lembrarmos das capacidades que o dependente perdeu e daquelas que não desenvolveu, ficamos com uma ideia da enorme tarefa que há pela frente: restaurar a auto-estima, as relações de confiança, resolver conflitos internos e externos de várias ordens, criar e desenvolver projectos de futuro, incrementar a comunicação e a partilha com que se pode aprender” (Patrício, 1995: 164).

Seguindo este prisma, não se ansiavam mudanças radicais e repentinas ao nível da mudança de comportamentos. Desde o início da jornada, estávamos conscientes de que a durabilidade do projecto e as características do público-alvo não permitiam desenhar planos de mudança radicais, ditos utópicos. Na realidade, pretendiam-se êxitos diários, os quais eram aplaudidos com palavras de elogio e de valorização. Do ponto de vista profissional, estes pequenos passos, transformavam-se em recompensas simbólicas, as quais enalteciam e davam sentido à nossa prática.

De facto, a mudança do estilo de vida substancia o enfrentar de uma nuvem de situações por parte da pessoa toxicodependente e a adopção de novas escolhas, sendo as mais evidentes: desprezar uma fonte de satisfação imediata; gerir os impulsos fugazes para o consumo; enfrentar os problemas quotidianos sem o recurso a uma substância psicotrópica como meio de evasão ou abstracção; (re)adquirir rotinas diárias e (re)aprender hábitos sociais; modificar as relações interpessoais e frequentar locais de convívio e sociabilidade livres de consumo de drogas; combater emocionalmente o estigma social, a discriminação e o sentimento de desconfiança. Sem dúvida, esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o indivíduo toxicodependente é uma pessoa debilitada física, emocional e psicologicamente, tal como corrobora Pinto (2006: 104) “sem pretender traçar um perfil estereotipado do toxicodependente, podemos, contudo, mencionar algumas características que configuram a sua personalidade: grande fragilidade psicológica, pouca capacidade de suportar as contrariedades e as dificuldades, o sofrimento e a dor, imaturidade afectiva, pobreza de relações humanas, excessiva dependência e mimetismo, elevada insegurança, diminuta auto-estima, vazio existencial”. Foi, neste sentido, que subscrevemos a apologia de Brito & Esteves (2001: 73), os quais consideram que, mais importante do que projectar uma mudança “para toda a vida, “é percorrer uma caminhada terapêutica quotidiana e objectiva, com o intuito de alcançar êxitos diários e, quiçá, mais duradouros, aceitando a ocorrência de eventuais recaídas”.

Na luta pela dignidade humana e liberdade individual, desenvolvemos diariamente iniciativas com e para os jovens, procurando a (in)formação, a valorização de si próprio, a autonomia e identidade pessoais, ferramentas vitais na (re)construção de um percurso de vida pois, tal como nos diz Costa (2007: 34), “...a privação que o indivíduo sofre é agravada com a permanência na situação de exclusão: perda de identidade social, da auto-estima, da autoconfiança, de perspectivas de futuro”.

Não nos podemos esquecer o quão importante é ajudar o jovem na projecção de um projecto individual e no preenchimento do vazio deixado pelo afastamento das drogas, do mundo oculto e sombrio, representado por condutas anti-sociais e fenómenos de degradação extrema, na medida em que “não há recuperação, se não houver mudança, por vezes profunda no estilo de vida, não só nas relações familiares, trabalho e círculo de amigos, mas também no tempo livre, na capacidade de se encantar com diversos aspectos da vida saudável e de descobrir novos ou esquecidos prazeres” (Brito & Esteves, 2001: 59).

De facto, a intervenção com grupos de risco não pode ser uma prática isolada, antes pelo contrário, exige uma intervenção sistemática. É um processo lento, com avanços e recuos e, por este motivo, exige um trabalho diário, contínuo e profundo, englobando várias dimensões inerentes ao ser humano e social - física, emocional, comportamental, psicológica, familiar,

social, espiritual, etc. - , na tentativa de transformar os sucessos diários em duradouros. O projecto apresentado abraçou algumas destas vertentes. Procurámos, a cada instante, cultivar a célebre máxima “Não és tu que consumes a droga, a droga é que te consome a ti” e esforçámo-nos no sentido de “despertar” os jovens para a mudança de comportamentos, ou seja, para a adopção de valores morais e princípios de convivência social, a valorização do relacionamento interpessoal, a promoção de competências pessoais e sociais, o desfrutar de um estilo de vida saudável.

Porque lidámos com jovens fragilizados e desprovidos de amor-próprio, apelidados de “farrapos humanos”, foi necessário ter firmeza (a qual se vai adquirindo com a experiência), mas também sensibilidade para entender as suas representações e vivências. Julgámos, portanto, ser fundamental atender e respeitar a individualidade da pessoa, pois cada trajectória social – história de vida – assume contornos e especificidades diferentes. Importa, então, valorizar a dimensão humana e tornar a nossa prática de intervenção o quão dignificante e frutífera possível.

Acreditamos que a educação de adultos e intervenção comunitária pode despoletar fenómenos de mudança social ou, pelo menos, mudanças pessoais ao nível da alteração de comportamentos e atitudes. Perante o fenómeno sombrio de exclusão social, o importante é não ficar inerte e dar continuidade às acções de actuação, quer ao nível da intervenção directa com os jovens, quer ao nível da mudança de mentalidades sociais. Formar a mente social parece-nos uma tarefa fundamental e prioritária na construção de uma cidade educativa inclusiva, onde “ser-se diferente” não significa estar à margem dos padrões socialmente aceites, excluído de oportunidades e do exercício pleno de cidadania.

Na verdade, o mister de educar exige um trabalho diário no sentido de articular e harmonizar os vários subsistemas educativos (formal e não-formal) e, ao mesmo tempo, implicar os actores sociais no processo de transformação social através do envolvimento e espírito activos. Conscientes de que não podemos perspectivar uma transformação social universal, contudo, acreditamos que um trabalho de intervenção sistemática com grupos locais pode ser o passo decisivo para a mudança pessoal e, porventura, da comunidade.

É, pois, nosso dever enquanto humanos e profissionais, construirmos uma sociedade inclusiva, onde a diferença e a igualdade social caminham lado a lado. Neste cenário, o estigma dá lugar à solidariedade e ao respeito pelo outro, a inércia e o silenciamento social transformam-se em atitude pró-social. No fundo, ao adoptarmos estes princípios de actuação, estamos a assumir um compromisso na criação de uma aldeia social, onde os “farrapos humanos” são encarados como “seres humanos”, com direitos e deveres, carências e fragilidades, valores e normas,

capacidades e potencialidades, afectos e vinculações... merecedores de oportunidades individuais e sociais, de liberdade individual e dignidade humana.

#### **Notas:**

<sup>1</sup> O projecto de estágio “Prevenir para não remediar – um projecto de intervenção comunitária no âmbito da prevenção de comportamentos de risco e comportamentos desviantes ” foi concebido, implementado gerido e avaliado pela aluna Maria Augusta da Costa Faria do 5º ano da Licenciatura em Educação, área de pré-especialização de Educação de Adultos e Intervenção Comunitária. A sua orientação esteve a cargo da Professora Maria da Conceição Pinto Antunes.

#### **Referências Bibliográficas**

- Boutinet, J. P. (1996). *Antropologia do projecto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Costa, B. A. (2007). *Exclusões sociais*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Erasmie, Thord & Lima, Licínio (1989). *Investigação e projectos de desenvolvimento em educação*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.
- Fernandes, Luís (1998). *O sítio das drogas. Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Guerra, Isabel Carvalho (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção – o planeamento em ciências sociais*. Cascais: Editora Princípios.
- Jerónimo, H. Norberto, R. Amaro. I. (2000). Jovens Institucionalizados, Justiça, Toxicodependência. In Garcia, J. L. (coord). *Estranhos - juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. (pp.103-140). Oeiras: Celta Editora.
- Oliveira, Clara Costa; Paulo, João Carlos & Antunes, Maria Conceição (Orgs.) (1999). *Educação de adultos e intervenção comunitária*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Patrício, Luís Duarte (2002). *Droga para que se saiba*. Lisboa: Livraria Figueirinhas.
- Pinto, José Rui Costa (2006). *Jovens em caminhada*. Braga: Fabigráfica.
- Randolph, W. & Posner, B. Z. (1992). *Planeamento e gestão de projectos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Serrano, Gloria Perez (2005). *Elaboración de proyectos sociales. Casos prácticos*. Madrid: Narcea Ediciones.
- Simões, António (1990). *A Investigação-Acção: natureza e validade*. In Revista Portuguesa de Pedagogia.
- Torres, Nuno & Ribeiro, João Paulo. (2001). (Orgs). *A Pedra e o charco: sobre o conhecimento e intervenção nas drogas*. Almada: Íman Edições.